

## DESAFIOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: RELATOS DE UMA PROFESSORA/PESQUISADORA

Rayssa Maria Anselmo de Brito<sup>1</sup>; Eduardo Jorge Lopes da Silva<sup>2</sup>

*Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal da Paraíba  
PPGE/UFPB*

[rayssamtbrito@gmail.com](mailto:rayssamtbrito@gmail.com) / [eduardojorgels@gmail.com](mailto:eduardojorgels@gmail.com)

**Resumo:** Refletir sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE ofertado aos Jovens e Adultos com Deficiência constitui-se o principal objetivo deste breve estudo. Trazemos aqui, relatos de experiências a partir de três casos de educandas da Educação de Jovens e Adultos – EJA e seus processos inclusivos junto às salas regulares, partindo das premissas que uma das principais funções do AEE, constitui-se em favorecer e/ou viabilizar o processo de inclusão educacional dos alunos com deficiência e que casos como o de Ana, Bianca e Clara são mais comuns do que costumamos ver ou discutir em nossos espaços acadêmicos, sabendo que ainda há muito a ser trilhado para que de fato alcancemos a Escola Inclusiva que queremos. Assim, destacamos como maior contribuição neste trabalho por hora realizado, contribuir para conferir maior visibilidade a este público tão historicamente negado e excluído de nossos espaços sociais e educacionais.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado, Jovens e Adultos com Deficiência.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Promover uma educação inclusiva em nossas escolas constitui-se um desafio orientado por nossos aparatos legais, tais como a nossa Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei n° 9394 (Brasil, 1996), a nossa Lei Brasileira de Inclusão de n° 13146 (Brasil, 2015) e todas as outras Declarações e Convenções Internacionais das quais nosso país é signatário, conforme ressaltado pelo Ministério da Educação<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPB) e Professora do Departamento de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Professor Orientador, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor do Departamento de Fundamentação da Educação da Universidade Federal da Paraíba.

<sup>3</sup> Todos estes dispositivos legais encontram-se listados e disponibilizados na plataforma da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) no portal do Ministério da Educação - MEC, no seguinte endereço eletrônico: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/legislacao>>.

Este desafio é também vivenciado por toda a comunidade educativa e protagonizado pelos sujeitos do ato educativo, sendo no caso desse estudo especificamente jovens e adultos com deficiência e a professora do Atendimento Educacional Especializado, realizado na Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal João Monteiro da Franca<sup>4</sup>, situada no bairro do Jardim Veneza, na cidade de João Pessoa – PB.

Neste quadro de situações desafiadoras emergem as questões de inclusão educacional das pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, as quais trataremos no decorrer deste relato pela sigla EJA.

Embora os dispositivos legais citados anteriormente descrevam esse público como sendo sujeitos de direito, do direito à educação, temos visto em nossa prática pedagógica que falar da EJA e da Educação Especial, muitas vezes, parece tratarmos de dois Campos ou duas modalidades distintas e, que, uma vez interseccionalizadas, revelam sujeitos de uma minoria ainda muito invisibilizada, a saber: os jovens e adultos com deficiência no espaço educacional.

Ora se falar de Jovens e Adultos, já consiste em tratar de sujeitos minorizados historicamente, estudar e refletir criticamente sobre os sujeitos que estando neste grupo, possuem ainda mais um demarcador de diferença – serem pessoas com deficiência – torna-os ainda mais excluídos ou diferenciados (no sentido negativo da palavra) em seus contextos educativos, neste caso, em suas escolas.

Trazemos a pauta desta discussão, no tocante a relação igualdade e diferença, o olhar apurado de Santos e Nunes (2003, p.56), ao afirmar que: “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza; e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.

O presente artigo nasce das reflexões de uma professora pesquisadora e do desejo de compreender mais a fundo os desafios e as intervenções possíveis nesse cenário apresentado.

Deste modo, o artigo se propõe a analisar três casos específicos de jovens com deficiência em seus processos inclusivos, compreendendo os aspectos convergentes e divergentes nesses casos e trazendo inferências qualitativas a partir das situações apresentadas.

Como aspecto comum a todos os casos apresentados, ressaltaremos as seguintes categorias: 1- O histórico escolar das alunas; 2- O desenvolvimento educacional e 3- O

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que nossa experiência nesta instituição estende-se do mês de fevereiro de 2015 a julho de 2018 e que consideramos este interstício em nossa trajetória profissional como espaço frutífero de novas reflexões e provocações enquanto pesquisadora.

desenvolvimento social; bem como as 4- Características familiares de cada educanda, uma vez que acreditamos que nesta última categoria de análise, há elementos que nos apontam fatores indispensáveis ao debate sobre inclusão educacional.

## **2. METODOLOGIA**

Para melhor estruturar o percurso metodológico vivenciado neste relato de experiência, optamos por realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que: “a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível” (DEZIN; LINCOLN, *apud* FLICK, 2009, p. 16).

Assim, sistematizamos inicialmente em nosso diário de bordo, aspectos relacionados às nossas vivências enquanto educadora da Sala de Recursos Multifuncionais, registrando as memórias suscitadas pela experiência do Atendimento Educacional Especializado, ofertado às alunas com Deficiência da Educação de Jovens e Adultos.

Por fim, analisamos e categorizamos os dados a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a qual destaca a importância de analisarmos a partir do levantamento de aspectos como o tema e a unidade de contexto presentes num determinado dado científico, permitindo-nos extrair o conteúdo presente em determinados resultados de pesquisa, trazendo inferências com maior propriedade e veracidade, uma vez que parte do real e da empiria das pesquisas realizadas.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 Três casos singulares, porém, comuns!**

Incluir não é espalhar conhecimento, mas espalhar sensibilidade para manifestação do outro em nós. Inclusão requer integração e comunicação e pressupõe mudanças de velhas práticas. Na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Cada cidadão é consciente da sua responsabilidade, na construção de um mundo que dê oportunidade para todos (WERNECK, 2003, p. 23).

Realizar o Atendimento Educacional Especializado em uma instituição escolar é assumir a postura de enfrentamento a uma série de desafios: o desafio de não estar preparado para atender a todas as deficiências que surgem em nosso contexto educativo, o desafio de

lidar com os professores e suas mais variadas formações e práticas pedagógicas, bem como o desafio de trabalhar com famílias totalmente diversas entre si.

Refletir sobre a realidade escolar expõe não só verdadeiros desafios, como também os avanços alcançados por aqueles que se esforçam em vivenciar a inclusão educacional em sua completude.

A este respeito, vemos que a proposta de educação inclusiva propõe assim o rompimento de culturas antes enraizadas, conforme destaca Bruno (2006):

O eixo central da proposta inclusiva é proporcionar melhores condições de aprendizagem para todos por meio de uma transformação radical da cultura pedagógica. Exige-se assim que as relações interpessoais e o fazer pedagógico sejam postos em discussão, evitando-se dessa forma que não sejam camuflados ou projetados no aluno a quem na maioria das vezes se atribui o fracasso escolar em virtude de suas carências ou deficiência. (BRUNO, 2006, p.27).

Assim, adentramos aos casos das alunas Ana, Bianca e Clara (todas aqui nomeadas de forma fictícia, a fim de preservá-las em seus anonimatos). Sendo caso a caso apresentados individualmente, conforme destacamos a seguir:

### **3.1.1 O caso da Aluna Ana**

Ana possui deficiência múltipla e chegou a nossa escola neste ano letivo de 2018, porém, a mesma não foi escolarizada na idade prevista e sequer frequentou alguma instituição de ensino, uma vez que a família morava no estado de Pernambuco e que, nas palavras da mãe, desconhecia alguma instituição que pudesse acolher a sua filha naquela localidade. De acordo com a mãe de Ana, a mesma tentou estudar em uma escola, porém, não obteve sucesso, tendo a mãe desistido de inserir a filha numa escola regular.

Ana passou por várias instituições especializadas, em convívio apenas com outras pessoas com deficiência, não alcançando (nestas instituições) grandes progressos em seu desenvolvimento.

Por se tratar de uma aluna cujo desenvolvimento da fala encontrava-se bastante comprometido, percebemos que a comunicação com a mesma se dava por meio de sinais como afirmativa com a cabeça e olhares ou ruídos emitidos para discordância ou aceitação.

Ao receber Ana em nossa escola, também tivemos o cuidado de conversar com a professora da sala regular e explicar as especificidades da aluna em questão. A professora começou então a realizar um planejamento individualizado para a aluna que demonstrava estar bem feliz em frequentar a escola, porém, a mesma ainda não tinha a rotina escolar e

apresentava pouca tolerância em realizar atividades mais complexas ou que exigisse um pouco mais de concentração ou de tempo.

Todavia, a socialização de Ana foi sempre algo muito perceptível. Logo que se apresentou à turma do Ciclo I, a aluna foi bem acolhida pelos colegas e gostava de interagir com todos.

Uma característica interessante sobre seu retorno ao processo de escolarização foi o fato de ter sido matriculada na mesma turma que sua mãe e de ter uma boa relação com esta, de modo que ambas compartilhavam as atividades escolares, ainda que, em níveis de complexidade diferentes.

No mês de maio deste ano Ana teve que voltar para o seu estado de origem (Pernambuco), interrompendo seu processo de escolarização em nossa escola. O que significou para nós uma interrupção do trabalho do projeto que estávamos desenvolvendo com a mesma, uma vez que esta já havia criado uma boa relação com a sua turma e com a professora da sala regular.

No atendimento educacional especializado, as atividades eram sobre coordenação motora, exercício de memória e reconhecimento de imagens. Todas de forma condizente a sua faixa-etária e ao seu contexto social. Buscamos também ampliar o repertório verbal e visual da aluna, bem como ampliar seu tempo de tolerância na realização das atividades escolares, posto que este havia sido uma solicitação levantada por sua professora da sala regular.

De um modo geral, observávamos que a Ana apresentava interesse pelas atividades e que, apesar do curto espaço de tempo em nossa instituição, a mesma já apresentava pequenos progressos em seu desenvolvimento educacional.

### **3.1.2 O caso da aluna Bianca**

Bianca chegou a nossa escola no ano de 2013, quando a instituição ainda não tinha sala de recursos e, tampouco, um profissional especializado em Educação Inclusiva. Em 2015, tendo assumido a função de professora da SRM, a fim de realizar o Atendimento Educacional Especializado, conheci a aluna Bianca e a sua trajetória escolar, percebendo que a mesma encontrava-se com uma grande distorção idade-série e que isso resultava em uma enorme barreira em seu desenvolvimento.

Na época, Bianca frequentava uma turma de terceiro ano, tendo ela 16 anos e a sua turma (na época) a faixa etária de 10 anos. Nos projetos pedagógicos que tratavam da

construção de identidade, a aluna sempre se identificava como aquele que está à margem, ou o excluído. A exemplo de uma atividade que fizemos com o livro paradidático “*O Patinho Feio*” em que aluna demonstrava se reconhecer como o patinho feio, por não se identificar com cisnes que estavam no lago (em referência a sua turma da sala regular).

Bianca sempre dizia não pertencer àquela turma. O que nos motivou a convidar a família desta aluna para uma conversa, na presença da gestão escolar e da professora da SRM. Após uma longa conversa explicando pedagogicamente o que seria melhor indicado no caso desta aluna, percebemos ser possível reintroduzi-la na educação de jovens e adultos, nos comprometendo em realizar um trabalho de ressocialização da mesma, a partir de seus pares ou seja jovens com a mesma idade ou com uma distorção idade-série menor do que a que acontecia no período diurno.

A ideia foi prontamente abraçada pela mãe da aluna, que decidiu não só matriculá-la nesta outra modalidade, como também matricular-se, enquanto mãe, a fim de acompanhar a sua filha.

Ambas começaram a jornada educativa juntas, porém, no ano letivo de 2018, as mesmas optaram por se matricularem em turmas diferentes do mesmo ciclo, o que demonstrou para nós, uma conquista da autonomia por parte da aluna Bianca.

Bianca atualmente encontra-se inserida numa sala regular, participando das atividades e tendo apoio apenas naquelas em que a mesma sente dificuldade, porém, o desenvolvimento da aluna e a sua satisfação de estar numa turma que se sente representada ficou notório para sua professora, bem como para todos da escola. Uma das evidências desta conquista pode ser percebida na frequência mais assídua da aluna na instituição.

Bianca encontra-se no desenvolvimento do seu processo de alfabetização, tendo um bom desenvolvimento da escrita e aprendendo agora que ela pode sim ler e é capaz de aprender diferente do que acreditava no início de sua jornada educativa.

No tocante ao desenvolvimento social da aluna, observamos que, se num primeiro momento estudar no turno da noite possibilitou a mesma a ter um outro convívio entre seus pares, tendo agora novos horizontes de possibilidades, entre eles novas amizades; hoje Bianca tem também um relacionamento conjugal com um colega de outra classe, o que seria impensável em outras épocas.

### 3.1.3 O caso da aluna Clara

Clara tem sido a nossa aluna de mais idade no Atendimento Educacional Especializado. Começamos a atendê-la em 2015, quando a mesma tinha 30 anos. Na época, observávamos que o seu comportamento introspectivo muitas vezes a limitava em participar de atividades em que toda a turma estava envolvida.

Por muito tempo Clara acreditou que era incapaz de aprender, no entanto o nosso trabalho foi sempre de motivá-la e incentivá-la mostrando que é possível aprender em qualquer fase e idade na vida.

Sempre partindo do que a mesma gostava de realizar, percebemos que os serviços domésticos eram sempre citados pela aluna, pois, neles havia sempre a possibilidade de realizar as tarefas de forma repetitiva e com instruções simples, o que facilitava seu aprendizado. Ao tempo em que ela conseguia manter a rotina e se sentia bem em organizar a casa onde morava com seus pais.

Neste percurso dos quatro anos de atendimento, vimos que Clara se desenvolveu bastante em diversas áreas. Entre outras coisas, destacamos a disposição da aluna em participar de atividades coletivas, em especial no espaço da SRM, bem como a sua alegria ao descobrir que já conseguia ler pequenas palavras.

Apesar de copiar sempre todas as atividades que são postas no quadro e com uma caligrafia que se destaca de seus colegas, Clara sempre afirmou não saber ler e isso a impedia de ao menos tentar.

Nas atividades do atendimento educacional especializado, sempre tentamos desafiar nossos alunos a realizarem atividades que os mesmos conseguem cumprir e que progressivamente passam a ter necessidade de menos apoio, até alcançarem a competência de realizar tais atividades de forma independente.

Sobre o desenvolvimento cognitivo da aluna, destacamos o progresso no que diz respeito à capacidade de conectar e expressar suas ideias e desenvolver atividades de leitura e de escrita adequadas a seu nível de desenvolvimento.

No tocante ao seu desenvolvimento social, destacamos que Clara agora conversa mais com seus colegas de classe e já consegue interagir melhor com a professora em sala, embora ainda de forma bastante tímida.

Cabe ressaltar que nesses quase quatro anos em que acompanhamos Clara, três destes anos letivos da aluna foram realizados com a mesma professora da sala regular e que em

2018, Clara teve que se adaptar a uma nova docente em sua turma.

### 3.2 O que estes casos nos revelam?

Inicialmente destacamos que trazemos em comum em todos os casos narrados, relatos de experiências com alunas com Deficiência Intelectual e que, de um modo geral, esta deficiência é descrita como de origem desconhecida e que:

[...] se manifesta geralmente na primeira infância, na idade pré-escolar ou ainda nos anos escolares quando se torna evidente uma lentidão anormal na evolução do comportamento, sob a forma de dificuldades na adaptação às exigências da vida cotidiana, na compreensão e utilização da linguagem e na assimilação de significados gerais ou abstratos (ALMEIDA, 2015, p. 18).

Enquanto professora da Sala de Recursos Multifuncionais destaco os aprendizados que tive com os alunos da Educação de Jovens e Adultos, entre estes a necessidade de manter a motivação e de mostrar que é preciso acreditar no potencial do outro, acreditar que sempre somos capazes de aprender novas competências.

Entre os desafios que destaco nesta modalidade, ressalto a necessidade de alcançar os docentes que trabalham com este público especificamente, de modo que todos venham a abraçar o desafio da inclusão educacional, bem como capacitar os funcionários de um modo geral, para que todos, profissionais de apoio, docentes e gestores sejam capazes de compreender o que é a inclusão e quais são os seus papéis neste grande desafio.

Destaco ainda o desafio de pensar nesses jovens e adultos não como seres limitados e destinados a serem eternas crianças (realidade com a qual tenho me deparado em minha prática docente), mas, como seres singulares e que possuem sonhos, aspirações e desejos que precisam ser considerados, ou seja, precisam ser percebidos e visibilizados com todas as suas especificidades no espaço da sala regular, assim como em toda a escola.

Com certeza esse não é um desafio fácil, nem tampouco possível de ser alcançado em curto prazo, porém, é um desafio a ser assumido por toda a escola que deseja ser e que deve ser inclusiva em todos os seus níveis e modalidades de ensino.

#### 4. CONCLUSÕES

Mas, refletir sobre a prática do AEE na EJA, não se constitui apenas em um exercício de perceber barreiras ou desafios. O exercício de refletir sobre os relatos de experiência que descrevo neste breve espaço, motiva-me enquanto docente a pensar que a distância entre a escola que temos e a escola que queremos é relativamente calculada pelo empenho e motivação que trazemos individualmente em romper com todas estas dificuldades.

É bem verdade que o desafio da educação inclusiva perpassa o entrave do investimento de políticas públicas voltadas especificamente para esta área. Todavia, o empenho humano, faz uma enorme diferença em perceber se perpetuaremos práticas excludentes ou se desbravaremos novas práticas e novas formas de enxergar as pessoas com deficiência.

Por fim, destaco que aprendi muito ao atender tais alunas, assim como outros casos em que não trago aqui. Porém, em específico com estas alunas e na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, acredito que o maior aprendizado que possa ter adquirido ao longo desses quase quatro anos é que quando falamos de escola inclusiva há sempre algo a aprender, há sempre novos caminhos desconhecidos e nós docentes e discentes precisamos nos descobrir como eternos aprendizes, desenvolvendo assim, uma verdadeira aprendizagem ao longo da vida.

Assim, concluímos este trabalho com a compreensão de que:

A inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao Outro: que não é mais um, um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas. O Outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa Alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a Justiça, a garantia da vida compartilhada (MANTOAN, 2014, p. 81)

#### 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mônica Rafaela de. **Deficiência intelectual e o atendimento educacional especializado**. EdUFERSA: Mossoró, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, p. 137 -141.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, **lei de nº 9.394/96**. Brasília: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm)  
Acesso em: Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>  
Acesso em: Mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE)**, 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) Acesso em: Fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 13.146/2015 de 6 de julho de 2015**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: Out. 2016.

BRUNO, M.M.G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão - introdução**. 4. ed. Brasília: MEC/SEE, 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução por Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza; NUNES, João Arriscado. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade In.: **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 25-58.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.